

2003-1027640-0	0011830503250-1	001	CICERO TOKUJI NICIZIMA
2003-1039215-9	0008102600063-1	006	PET & GARDEN CENTER COMERCIO LTDA
2003-1057427-3	001970601438-1	004	SUNSET ADM.EMPREENDE.PARTIC.LTDA
2004-0120803-2	0008814800146-1	008	SANDVIK DO BRASIL S/A IND E COMERCIO
2004-0179647-3	0012414702541-1	003	T4U BRASIL LTDA
2004-0211505-4	0008005000256-1	002	NETKEL TELECOMUNICACOES LTDA
2004-1003098-4	0015703900041-1	001	ANTONIO ALVES DE SOUZA E OUTROS
2004-1015366-0	0011626403642-1	001	LIDIA GRACA PEREIRA
2006-0265496-0	0005022001446-1	004	SHELL BRASIL LTDA
2007-0012972-0	0008802300917-1	001	EDISON VAZ MELONIO
2007-0259399-7	0015908700036-1	002	LILA ESTHER D ALESSANDRO
2007-0391961-6	0002508200964-1	002	GASOME PARK ESTC. INCCORP. E EMPREENDI-MENTOS SC LTD
2008-0077753-7	00069163000213-1	001	PRECON PREDIAL & CONSTRUCOES LTDA
2008-0283103-2	0002102000648-1	002	MARIA LUCIA PEREIRA SOARES
2008-0372354-3	0000908004958-1	001	TNL PCS S/A
2009-0096812-1	0007001900036-1	001	MARIA ALVES TOLENTINO GOVEIA
2010-0009377-4	0011271900210-1	009	NEREIDE APARECIDA SCHIMITZ CONFECCOES -ME
2010-0100797-9	0001003408052-1	125	FREI CANECA SHOPPING CONVENTION CENTER LTDA
2010-0165049-9	0001407300776-1	001	TNL PCS S/A
2010-0239053-9	0003908200520-1	001	HUDSON INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
DEPARTAMENTO DO CONTROLE DO USO DE IMOVEIS - CONTRU			
PROCESSO			
SQLNCRJA NOME			
1989-0001216-9	0000205900399-1	003	ASSOC.DOS FUNC.PUBLICA.O DO EST.D.S.PAULO
1998-0191759-8	638598066770-2	003	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
2001-0130252-1	0003702105557-1	004	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2001-0199637-1	0019700300020-1	016	POSTO GARAGENS TILAMAR LTDA.
2003-0309538-1	000050401403-1	002	MARISA LOJAS VAREJISTAS LTDA
2004-0124338-5	0638358012084-2	001	SHELL BRASIL S/A PETROLEO
2005-0017112-9	0001401600085-1	008	COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA
2005-0122960-0	0008002300270-1	003	PAROQUIA IMAC CORACAO DE MARIA DE FATIMA
2006-0127171-4	0006748500370-1	010	SOCIEDADE CIVIL DE EDUCACAO SANTA RITA DE CASSIA
2006-0155438-4	0009305900127-1	003	VERA HELENA PENTEADO MULLER
2006-0222933-9	0000803000308-1	002	ERRE ERRE CONFECCOES LTDA
2006-0259201-8	00109082000309-1	013	AUTO POSTO TREMEMBE LTDA
2007-0160598-3	0005235000013-1	007	FRED COMBUSTIVEL LTDA
2007-0170422-1	0002605201503-1	003	PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO BRAS
2007-0222543-2	0003506900668-1	004	AUTO POSTO CIDADE TRES LTDA
2007-0234012-6	0003506900668-1	005	AUTO POSTO CIDADE TRES LTDA
2007-0300718-8	0003908001895-1	008	DMC RESTAURANTE COM DE ALIMENTOS LTDA
2007-0316691-0	0007643500010-1	004	MARIA HELENA DE CARVALHO
2008-0036401-1	0000903801302-1	006	BAR LANCHONETE RESTAURANTE E DANETERIA BILVA VIGO LTDA
2008-0037227-8	0005131801001-1	008	DREAMS BUFFET LTDA ME
2008-0100426-4	0004007401616-1	008	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC
2008-0102235-1	0030203500099-1	006	SAVEN COMERCIAL E IMOVEIS LTDA.
2008-0122051-0	0007013401013-1	001	JARDIM FRANCA POSTO DE SERVICOS E CONVE-NIENCIAS LTDA
2008-0227767-1	0005400804000-1	012	EWIC BRASIL ELEVADORES LTDA
2008-0231902-1	0017300809455-1	260	INTERLAGOS SHOPPING CENTER COM. LTDA.
2008-0247026-9	0014037000233-1	006	AUTO POSTO BONEVILLE LTDA
2008-0248977-6	0020105700061-1	001	SERVICOS AUTOMOTIVOS RODONEL LTDA
2008-0277915-4	0004624100591-1	001	AUTO POSTO N.S.DO LIBANO LTDA
2008-0280960-6	00033001702619-1	013	FUNDACAO ANTONIO E HELENA ZERRENNER INST. NAC.
2008-0287374-6	00035078000373-1	008	ORDEN DOS SERVS DE MARIA PROV. DO BRASIL
2008-0329755-2	001148400571-1	011	AUTO POSTO ESTACAO ITAQUERA LTDA
2009-0095986-6	0011911100156-1	015	THYSSENKRUPP BILSTEIN BRASIL M.E COMP. SUSP. LTDA
2009-0128251-7	0013011300041-1	019	IMPERIAL COM.VARELDE COMBUSTIVELS/A
2009-0140188-5	6383580590391-2	004	PEDREIRAS SAO MATHEUS LAGEADO S/A
2009-0227784-3	0000801600537-1	006	BANCO DO BRASIL SA
2009-0297300-9	0008713400241-1	014	POSTO AMERICO BRASILIENSE LTDA
2009-0318607-8	0019411200485-1	009	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO NOVA IGUATEMI SCI LTDA
2009-0362794-5	0023901100014-1	008	PEFISCO DO BRASIL LTDA
2009-0369333-6	0002304000464-1	007	AUTO POSTO CENTRO LAPA LTDA
2009-0372144-5	0010417900049-1	013	CENTRO DE ABASTECIMENTO DE GAS MILENA LTDA
2010-0005442-6	0001008500010-1	002	COOPERCOTIA ATLETICO CLUBE
2010-0047952-4	0011515200298-1	016	AUTO POSTO MARAK LTDA
2010-0055834-3	00071263000727-1	010	ULTRA POSTO DE SERVICOS LTDA
2010-0082718-2	0005133500866-1	005	AUTO POSTO FRANCISCO FALCONI LTDA.
2010-0093322-5	0005364701001-1	002	CENTRO ESPIRITA PERSEVERANCA
2010-0098582-9	0019702200422-1	003	P.M.S.P.V. EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPACOES LTDA
2010-0114392-2	0007841800150-1	019	PROCO SA PRODUTOS DE BELEZA LTDA
2010-0138692-9	0017900201180-1	013	AUTO POSTO PEROLA DO M'BOI MIRIM LTDA
2010-0149352-0	0030404300100-1	025	COSTA BRAVA AUTO CENTER LTDA
2010-0155998-0	0017016800112-1	006	FRANCISCO CARLOS GAIESKI
2010-0163553-8	0008730600367-1	008	POSTO DE SERVICO EXCEDE LTDA
2010-0194802-1	0004624100591-1	002	AUTO POSTO N.S.DO LIBANO LTDA
2010-0203784-7	0000707200741-1	005	CONDOMINIO EDIFICIO CHRYSLER
2010-0215524-6	0017330304076-1	008	AUTO POSTO MOVIMENTO LTDA
2010-0225593-3	0001506000630-1	008	SWSP CHOPERIA LTDA
2010-0237305-7	0088888888888-2	189	BASIC ELEVADORES LTDA
2010-0246740-0	0012016000521-1	005	AUTO POSTO BAP LTDA
2010-0282628-0	0008600206219-1	002	UBIRAJARA CENTRO AUTOMOTIVO E POSTO LTDA
2010-0284076-3	0009901400058-1	004	L.A.FALCAO BAUER CENT TECNOL DE CONT QUALIDADE LTD
2010-0317781-2	0005023812197-1	007	BETAL ADM.DE BENS LTDA
2010-0320511-5	0029908000800-1	010	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
2010-0334743-2	0007211800534-1	006	MONTEIRO SANTANA SPE LTDA

Depto. de Controle do Uso de Imóveis

DIVISÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA E USO DE IMÓVEIS-CONTRU-1

Notificação para Regularizar a Edificação Quanto ao Auto de Verificação de Segurança.

De acordo com o disposto nos Incisos I e II do Art. 3o. da Lei Municipal 9.433, de 14/8/82, ficam os Responsáveis abaixo relacionados Notificados para, no prazo máximo de trinta dias corridos, a contar da data desta publicação, requererem a expedição do Auto de Verificação de Segurança e apresentarem Laudo Técnico de Segurança, observadas as disposições do Art.19, do Dec. Municipal 32.329 de 24/9/92. O não cumprimento desta Notificação no prazo acima mencionado acarretará a aplicação de multa prevista no Quadro II, anexo a Lei Municipal 9.433/82, renovável por duas vezes a cada sessenta dias, após o que, persistindo a infração, será a edificação interdita, tudo de acordo com o disposto no Art. 3o. Incisos I e II, e 4o. parágrafos 1o. e 2o. da Lei Municipal 9.433/82.

Notificação Processo Razão Social Endereço:

PROCESSO; INTIMADO; ENDEREÇO:

0357 2010-0.346.354-8PRO ENSINO SOCIEDADE CIVIL LTDA - R. LAGOA PANEMA, 546.

Superintendência de Habitação Popular

ATA DA REUNIÃO DO GT POLÍTICA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS GESTÃO 2009/2011
Data da Reunião: 17 de novembro de 2010
Local: Rua São Bento, 405 – 11º andar – Sala de Reuniões da HABI-GAB – Edifício Martinielli - Centro – São Paulo
No dia 17 de novembro de 2010, às 14:30 hs, reuniram-se no Auditório da COHAB – 24º. Andar - na Rua São Bento, 405 – no Edifício Martinielli - Centro – São Paulo, para a Reunião do GT Política de Mediação de Conflitos Fundiários - Gestão 2009/2011, os seguintes participantes: Abelardo Campoy Diaz, Ana Maria Maluf Moussalli, Benedito Roberto Barbosa, Carlos

Pellarin, Cláudia Toledo Piza Arruda, Elcio Sigolo, Flávio Teixeira Santos, Irlas Maria Bezerra, José Abraão, Luiz Cunha Santana, Luiz Henrique Girardi, Maria Izilda Camillo, Maria Sílvia Mariutti, Ricardo Rodrigues, Vera Lúcia Silveira R.de Barros. A reunião é iniciada pelo Sr. Luiz e é feita a aprovação da Ata da reunião anterior. O Conselheiro Dito tem uma Minuta de voto para essa questão, que está baseado nessa Resolução 87 do Ministério das Cidades, que acho que é bastante interessante todo mundo tomar conhecimento, eu proponho, como coordenador também do GT, uma discussão, uma ideia aqui que nós teríamos talvez, em paralelo com as discussões das diretrizes do Grupo que o próprio Grupo tenha outra função, poderíamos estar convocando membros do Conselho, da Sociedade Civil, de todos os envolvidos e participantes do GT, numa solução, uma tratativa, existe uma dificuldade para termos a participação dos nossos colegas do Ministério das Cidades em Brasília, ou mesmo da Magda da Caixa, que não estão diretamente ligados aqui ao Grupo de uma forma de trabalho rotineira assim como vocês, a maioria, seria interessante nós tentarmos sistematizar uma agenda para que isso facilite tanto para eles poderem estar participando do Grupo, para nós começarmos a pensar na questão de uma agenda sistematizada aonde nós pudéssemos estar marcando isso daí e a periodicidade. Sr. Benedito – Acho que nós precisávamos conceituar um pouco essa questão dos conflitos, a ideia de organizar um GT de Conflito Fundiário, seria interessante que nós pudéssemos estabelecer entre nós, porque antes de pegar o conceito estabelecido pelo Ministério das Cidades, a segunda questão é discutir a possibilidade de um mapeamento, um diagnóstico desses conflitos na Cidade de São Paulo, iniciativas inclusive da própria Prefeitura, desse diálogo com o Judiciário que já vem ocorrendo. Nós precisávamos estabelecer um pouco isso e depois uma agenda, fazer um plano mínimo de trabalho do Grupo, primeiro definir o que é conflito, depois definir, para nós, para o GT, consensuar entre nós um conceito sobre o que vamos atuar, uma composição de constituir um diagnóstico dos conflitos na Cidade de São Paulo e estabelecer uma agenda de atuação, de diálogo com o Ministério Público, com o Poder Judiciário e com outros órgãos que nós achamos importante dialogar, com o próprio Ministério das Cidades. Sr. Carlos – A Ponta da Praia nós pegamos os dados desse arrolamento que foi feito, deu 291 cadastros, deu 254 famílias num total de 829 pessoas neste cadastro, esse foi um resultado daquele trabalho que foi combinado aqui com a Secretária. Sra. Sílvia – Nós recebemos esses números, são números preliminares porque o cadastro ainda não foi terminado, se chegou a 291 imóveis o que inclui comércio, imóveis vazios, imóveis em construção, agora famílias 254, pessoas 829, o trabalho ainda está em curso, também esses números podem ser revisitos com uma pequena variação para mais ou para menos. Em outubro de 2010 foi iniciado e ainda está em captação. Sr. Carlos – A questão de uns 50 dias atrás veio uma pessoa, uma arquiteta, trabalha com o proprietário da área, o Sr. Roberto. O que ela me informou naquele dia era que a CONSIMA estava querendo desistir daquele projeto que ela tinha entrado na Secretaria, a questão do uso capião, parece que estava tendo um conflito entre a CONSIMA e o proprietário da área, ela estava falando que havia uma iniciativa, uma conversa de ele estar desistindo de fazer aquela construção naquele local, então quando ela saiu daqui disse que o proprietário iria retornar a situação, mas segundo ela, segundo a idade, segundo os problemas que poderiam ocorrer, vender ou não vender um imóvel naquele local, a construção, que ele iria retornar, ele não estava mais com muito ânimo de fazer aquele projeto ela falou que talvez voltaria a falar conosco se ele não fosse desenvolver o projeto, se a Prefeitura ou o Estado quisesse desapropriar, ela veio sondar as coisas como estavam, que conhecimento que nós tínhamos do projeto, o juiz estava aguardando manifestação do proprietário, eu não sei se houve alguma manifestação do proprietário com relação ao pedido do juiz de cancelar a ação ou continuar com a ação quando ela veio aqui, se mostrou assim, que ele estava meio desencantado em continuar com o projeto e a CONSIMA também estava manifestando vontade de deixar e não desenvolver mais o projeto para a comunidade foi essa a conversa com a arquiteta, que se chama Sandra, ficou de voltar e iria tentar conversar sobre isso. Sr. Benedito – Teve pedido do Ministério das Cidades, de suspensão da reintegração de posse que foi negado pelo juiz e a informação que a Nancy me passou foi que houve também um pedido da Procuradoria do Município, no sentido também de pedir a suspensão da reintegração de posse para que houvesse uma negociação da Prefeitura e do próprio Ministério das Cidades, mais uma vez o juiz negou também o pedido da Prefeitura, eles estão se preparando para fazer é um novo pedido, um novo recurso. A Defensoria Pública está tentando tomar essa medida, mas nós achamos que é praticamente impossível que consigamos assegurar essa reintegração de posse, tem uma decisão em Instância Superior também porque houve recurso da Defensoria Pública e ela foi derrotada no mesmo tribunal, eu estive lá no sábado visitando as famílias e duas casas caíram. Sr. Ricardo – São 4 prédios que estão ocupados no Centro. Tem o prédio do INSS na Nove de Julho junto com o terreno da Álvaro de Carvalho, depois nós temos a Prestes Maia e os dois aqui no Centro, um no Ipiranga e o Hotel Columbia na Avenida São João. No dia 25/11 terá a reintegração de posse daquele prédio, já está decidido, da Avenida Ipiranga, 925. Dia 25/11 agora, já teve inclusive a reunião na Polícia Militar, com o 7º Batalhão, onde não compareceu o representante dos moradores e também não apareceu o Oficial de Justiça, o fato é que vai haver a reintegração segundo o policiamento militar, já tem a Ordem Judicial, essa ordem tinha sido dada para a data dia 18 e aí foi prorrogado para o dia 25, esse é o último prazo. São 840 famílias que reivindicam o quê? Prédio, moradia. Eles foram atendidos eminentemente há 2 meses, com 2 meses de aluguel, depois eles receberam mais 2 meses por conta de negociações e em junho ou julho desse mês aqui eles receberam mais três meses de aluguel, então a CDHU está fazendo a vistoria num terreno para desapropriar, nós não temos nenhum atendimento previsto para essas famílias para o dia 25 agora, a decisão foi puramente judicial e já teve atendimento segundo os nossos cadastros aqui, essas famílias foram cadastradas, está tudo disponível. Sr. Luiz – Houve alguma negociação com a Prefeitura dessas famílias? Sr. Ricardo – Nenhuma negociação, esse prédio é particular. Sra. Izilda – Temos uma infinidade de prédios no Centro da cidade, fizeram especulação e o povo não tem onde morar, eu acho que nós deveríamos sugerir, encaminhar, porque esse Coletivo não delibera, para que no caso da Ponta da Praia e nesse caso do Centro, a Prefeitura tem que começar a desapropriar por interesse social, porque aí agiliza, porque senão, você vai ficar gastando uma fortuna e não vai resolver o problema das famílias. Sr. - Essas questões todas que estamos trazendo à luz faz parte inclusive do movimento, mas elas servem, vão servir num primeiro momento justamente para que tenhamos a noção exata do que é o problema, como é que podemos estar encaminhando, acho que é importante termos a medida do problema devidamente contextualizado aqui para começarmos a discutir as questões que envolvem a participação da Entidade, da Prefeitura como um órgão mediador, com o Grupo representante do Conselho. Sra. Sílvia – Entrando hoje na página da Prefeitura nós vamos ter uma matéria sobre o Decreto que fala do IPTU progressivo sobre os imóveis vazios ou subutilizados, está tudo já regulamentado para que a Prefeitura possa, digamos, ir dando os passos necessários para que essas pessoas que tenham imóveis em ZEIS II e ZEIS III, que estão ou vazias ou subutilizadas, eles dêem uma destinação, vai ter que compreender também Hab

tações de Interesse Social acho que é um passo muito importante que foi dado e é importante que todo mundo tome conhecimento dessa legislação para ver o quanto ela está sendo aplicada. Sr. Abelardo – Independente de estar disponível na Internet ou não, nós vamos reparar a legislação que ela está falando. Esse Decreto que ela falou e tem o PL, se não me falha a memória é o 406, de autoria do Vereador, acho que o Ulisses Neto, subscreveu também, ele trata do consórcio fundiário, precisa aqueles proprietários de terrenos subutilizados que tem que ter função social, a formação de consórcio para o desenvolvimento dessas habitações. Sr. Ricardo – Com o INSS da Nove de Julho, que é o que nós temos mais números, então as informações que temos é que o terreno da Álvaro de Carvalho, aí são duas condições, uma é o prédio da Nove de Julho, do INSS, e o outro é o terreno da Álvaro de Carvalho. O terreno já foi desentranhado, então agora estão em negociação, a Elisabete Franca pediu que se fizesse um laudo do INSS propondo uma quantidade de unidades habitacionais para aquele terreno ou para aquele prédio, segundo informações das famílias são 540 famílias que estão ocupando o local, a negociação é com o Minha Casa Minha Vida Entidades, através da CDHU, de maneira que dessas 540 famílias, 133 já tinham sido atendidas com unidades habitacionais numa outra invasão. 217 tinham sido encaminhadas para Auxílio Aluguel, 6 meses foram pagos, 6 meses depois renovado mais 6 meses, e por fim mais 6 meses renovados agora dia 04/11, então restaram, disse tudo ainda 139 famílias foram encaminhadas para a Parceria Social. 184 famílias aguardam, sem auxílio nenhum, essa decisão que eu acabei de falar do laudo do INSS que já foi pedido na época, propondo as moradias ou adequação do prédio para acolher essas famílias. Das 540 famílias, 356 já tiveram atendimentos. Sr. Abraão – O prédio da 9 de Julho, na verdade lá já existe uma demanda desse prédio, esse prédio na verdade foi ocupado na época, se não me falha a memória em 1999, 98, 99, pela União e tem uma demanda lá e no GT de Conflito do INSS, em Brasília, nós participamos disso daí, conseguimos avançar até bem nessa questão de laudo e etc., porque precisávamos fazer laudo do prédio e tinha o problema lá de dívida de Sabesp, Eletropaulo, uma série de coisas e aí foi negociado com o INSS, enfim, juridicamente avançamos em algumas questões e agora por último, na última reunião que nós tivemos em Brasília, o combinado era que esse prédio estaria sendo viabilizado no Programa Minha Casa Minha Vida para atender as famílias, foi pedido para que fizesse um laudo do prédio para ver, foi feito esse projeto e também para adaptar ao tipo de moradia, porque ele era um prédio que era comercial, eu sei que esse laudo era muito caro, inclusive nós conseguimos convencer o INSS pagar esse laudo, para mim lá já existe uma demanda, que essa demanda em acordo com os Movimentos que foi realizado tanto se referindo ao terreno de uma nova torre e demais da reforma do próprio prédio, já tem demanda para esse prédio. Sr. – A torre provavelmente seria para o MSTC, era isso? O prédio, o condomínio é o prédio, o que a Sílvia coloca eu acho que é importante que é essa Portaria do site hoje da Prefeitura, o Decreto, é importante, que esse GT aqui possa contar que pelo menos 90% desses conflitos que ocorram na cidade de HS e etc., seja unanimemente destinado para pessoas mesmo de baixa renda, deu um fora de alguns prédios desse daí para privilegiar o setor da sociedade que são os artistas, não estou falando que não mereçam isso, mas só essa observação que eu queria colocar para que possamos não tomar essa decisão, mas pelo menos apontar que 90% desses prédios pelo menos sejam destinados para essas pessoas, que são esses conflitos, esses problemas que vocês deparam aqui no dia a dia. Sr. Ricardo – Em 2009 as famílias receberam uma Bolsa Emergencial de 2 meses de aluguel no valor de 300 reais cada uma, então deram 600 reais, não era um atendimento habitacional. Numa segunda ocasião eles receberam mais 2 meses e em julho eles receberam mais 3 meses. 7 meses no total. Sr. Flávio – Foi um auxílio sobrevivência, vamos dizer assim. Sr. Ricardo – Emergencial. Sr. – Nas áreas públicas a questão toma normalmente uma outra dimensão, um outro caminho, até mesmo porque já existe uma situação ou a possibilidade de uma eventual regularização, uma eventual intervenção da Prefeitura, mas tem um controle, uma possibilidade a mais por ser uma área pública e aí nós tratamos isso muito mais como um encaminhamento interno aqui na SEHAB e com interfaces com o Judiciário, esses casos usando o exemplo, tem sido encaminhados na medida em que as 3 esferas de Governo se unem. A Prefeitura, na medida do possível, Secretaria de Habitação tem tentado viabilizar um atendimento com o Auxílio Aluguel por um prazo determinado ou indefinido, mas nós sabemos que isso é finito, se fala em 15 mil atendimentos hoje na cidade, fruto de situações emergenciais e atendimentos normais de HABI, nós não podemos sair por aí simplesmente destinando o recurso público para as áreas particulares, isso é uma questão que envolve muita polêmica, nós temos de um lado a questão de disponibilidade de recursos, frente ou versos do tamanho do problema, não adianta nada nós termos uma situação em que fazer um atendimento provisório sem ter um destino. Sra. Izilda – Minha Casa Minha Vida Entidades, tem que estar incorporado para essas situações de população de risco, aí não importa se a área é pública, se é particular, as pessoas não têm onde morar, elas vão ficar em situação de rua e isso é responsabilidade dos 3 Governos, como nós atendemos? Com os 3 níveis de Governo, um é entrar com o Minha Casa Minha Vida, outro é entrar com aporte para nós comprarmos o terreno, a Prefeitura entra com o aporte para viabilizar o Projeto e aí dá, esse dinheiro de aluguel, nossa, dava para nós construirmos um monte de casa dentro desse esquema, 3 Governos. Sr. Abelardo – Vou pegar a fala da Izilda quando ela falava das demandas, o prédio foi ocupado, as pessoas desocuparam porque se inscreveram, entraram numa fila e agora vem novas lutas, pessoas invadem de novo como instrumento de pressão para provocar demanda, eu acho que esse que ocupou agora em relação ao que ocupou antes, acho que isso não é correto, então a ocupação como instrumento de pressão precisa fazer parte dessa discussão. Eu vejo de fora que não há harmonia e sintonia entre os diversos Grupos que representam os Movimentos por Moradia, o prédio foi ocupado, se propuseram que os ocupantes, foi feito uma inscrição, havia um programa de atendimento, o prédio foi desocupado aí vem outro e ocupa, tem que haver um respeito tem que haver uma ordem para que possa se cumprir um acordo que foi feito com aquele primeiro que invadiu, não estou aqui defendendo aquela primeira invasão, não sei se é correto, mas eu ouvi do Secretário que o prédio invadido já iria ser cortado da lista das desapropriações, já não mais faria parte da desapropriação, então se a ocupação é um instrumento de pressão, nós temos que tomar muito cuidado com isso. A Prefeitura pôs o prédio na lista para desapropriar, está trabalhando no sentido de desapropriar, vai lá, ocorre uma ocupação e se volta ao estado anterior, esse prédio deixa de fazer parte do interesse em ser desapropriado, quer dizer, a desapropriação tinha que finalidade? Não é de produzir Habitação Social para essas pessoas que vão formar essa demanda? Se essa ocupação desastrada faz com que a Prefeitura dê um passo atrás na lista desses imóveis a serem desapropriados, me parece que talvez a ocupação não seja o melhor instrumento de pressão, aquele que invadir depois, Dito, eu acho que tem que ser retirado de lá sumariamente, não há o que justifique essa segunda ocupação, não é uma situação de emergência, se o camarada está numa situação de risco ele tem que ser removido de lá, e se custa colocar em outro lugar é justo que a Prefeitura pague, eu acho que está na hora de haver um pouco mais de sintonia, um pouco mais de entrosamento entre os Movimentos para que o diálogo com o Poder Público

não sofra interrupções como vai sofrer seguramente nesse prédio que está invadido. Sra. Cláudia – Essa demanda que a Izilda está colocando que era uma demanda anterior da mesma ocupação, do mesmo prédio e que de novo foi ocupado, demonstra que o problema que aconteceu antes não foi resolvido, acho que não basta disponibilizar recurso, não basta trazer programas sem que o Poder Público também invista numa ação mais local com a população que está recebendo o benefício e existe muita ignorância no sentido de desconhecer algumas realidades da população que recebe benefício e daqueles particulares também que vão ser às vezes ser agraciado com esse benefício através dos programas, porque precisa ter ação junto à população, precisa fiscalizar, acompanhar, ensinar, se não é mais um recurso preciso, a exemplo dessa ocupação que a situação se agravou, dinheiro público, de certa forma se perdeu mesmo que fosse necessário e o problema continua aí e talvez vá continuar daqui há 2 anos, não adianta só disponibilizar, só colocar, só dar, sem ter uma ação mais efetiva na concretização da execução disso. Sr. Ricardo – A questão de qualquer encaminhamento e a proporção de fomentar novas ocupações de uma maneira talvez irresponsável que eu acho que precisa ser ressaltado e HABI tem muita clareza disso, sabe que toda ação e toda medida junto a uma comunidade têm que ser acompanhada de medidas sociais, enfim, que envolva uma dimensão social, não simplesmente de recurso administrativo. Sr. Benedito – Precisamos definir, acho que abrir um debate daquilo que nós entendemos e definir também uma agenda de trabalho. As Entidades que fizeram as ocupações não estão aqui nessa reunião e são membros inclusive do Conselho, Entidades importantes, são do Conselho inclusive para se posicionar, para explicar exatamente, porque o princípio da ampla defesa é fundamental num debate de modo que as pessoas possam se defender e dizer exatamente os motivos que levaram as pessoas a fazerem as ocupações, nós sabemos da posição ideológica do empresário em relação a essa questão e sabemos da posição dos Movimentos. Sr. Abelardo – Eu não tenho um preconceito, uma pré-definição de nada, eu não venho para cá com uma carapça feita, eu estou aberto para discussão, o que eu acho que está faltando e é esse ponto que eu quero destacar, é uma falta de alinhamento entre os diversos Movimentos, não tenho nenhuma função pre-estabelecida, nenhum preconceito em relação a isso. Sr. Benedito – Quando eu falo do preconceito é quando fala que o Movimento tem que ser despedido sumariamente ou quando fala o que ocupou ou quando, quando as razões não estão estabelecidas de uma forma clara e as pessoas também não estão aqui para se defender, isso é uma questão que o Movimento vai ter que responder no âmbito do Conselho, se ele vai colocar a questão, vamos fazer o debate em relação a essa questão, mesmo porque juridicamente entendendo, o fato do Movimento ocupar o prédio em tese também, em tese não perderia nenhuma ação desapropriatória, não sei porquê a desapropriação foi suspensa em função da ocupação, então não quero entrar nesse debate porque senão nós vamos fazer um debate de evididos, vamos dizer assim, mudo, um fala de um lado e outro fala de cá, eu defendo a ocupação e outros dizem que a ocupação é oportunista, isso não leva a nada do ponto de vista do GT, questões que eu trago de preocupação para nós não utilizarmos o fato conjuntural das ocupações do MSTC como um entrave para nós avançarmos numa agenda mais propositiva na solução dos conflitos, no caso da Ponta da Praia, por exemplo, os Procuradores, embora seja uma ação entre particulares, uma reintegração de posse, a proposta é pela CONSIMA uma empresa particular, uma incorporadora e uma disputa entre as pessoas moradoras, faveladas, ocupantes de uma área particular, a Prefeitura está atuando lá, cadastrou as famílias e mais do que isso, foi lá dialogar com o Poder Judiciário para sensibilizar o Poder Judiciário, são essas as questões que mais interessam no debate aqui do GT. Esse debate foi feito também na Executiva do Conselho do CMH e lá estava o Osmar, ele fez uma defesa sobre essa situação, ele falou o seguinte, nós não tínhamos conhecimento que o prédio que nós ocupamos lá, não sei qual prédio que foi, estava na lista dos prédios eventualmente em serem desapropriados, porque a informação que foi colocada, não é que o Movimento conhecia e ocupou para criar esse problema e essa dificuldade para a Secretaria de Habitação, o Osmar disse que não tinha conhecimento disso. Sr. Abelardo – Só quis destacar que determinadas atitudes, em conflito, entre os próprios Movimentos trazem prejuízo àquilo que é comum a todos os Movimentos, que é o atendimento da demanda, foi nesse sentido que eu falei. Sr. Abraão- Na hora me acendeu essa questão que é do encaminhamento que nós possamos ter aqui no futuro, agir como facilitador para uma ocupação irresponsável e que independente de qualquer Grupo tenha um caráter que foge completamente ao objetivo ou tratativa do encaminhamento que nós queremos dar aqui. Sr. Flávio – Quando o companheiro fala que os Movimentos Organizados fica assim de uma maneira responsabilizando, tudo o que acontece são os Movimentos Organizados, porque acha que ele que é o intermediador, incentivador, a Unificadora não tem essa característica de ocupar nada, mas defende, temos os Movimentos Associados que são parceiros nossos que fazem, eu acho de maneira correta, porque as pessoas estão necessitando, as pessoas tem que ter um lugar. Eu acho que a administração pública tem culpa porque aquele espaço que foi desocupado para atender aquelas famílias que ali estavam e nada ficou lá dizendo que aquilo ali já tinha um Programa de Habitação, ficou vago para qualquer outro Movimento que até mesmo desinformado, que nem nós colocamos aqui da questão lá do Osmar, às vezes até por desinformação foi lá e ocupou novamente porque não sabe que ali tinha um programa para poder atender aquelas famílias que ali estavam, importante é que a administração pública também cumpra com o seu papel de estar identificando o que tem que ser, aonde foi, o que vai fazer, o que vai ser ocupado, o que vai ser instalado naquela instalação, lá do São Francisco, lá no Jardim Santo André, São Mateus. Tem uma área lá onde a DERSA passou que fez uma desocupação imensa, mas muito grande, e atendendo as pessoas com área de moradia, eu conheço pessoas lá, gente, que chegou a ter 15 barracos e recebeu sua especulação, falta do interesse melhor da administração pública por não pesquisar, pessoas com um interesse próprio vão lá e fazem esse tipo de coisa, isso não também não defendemos não, falta uma política voltada para isso, para que as coisas sejam cortadas antes, porque depois é pior. O Movimento Social faz parte também dessa administração pública, se vocês não sabem, nós ajudamos muito bem a Prefeitura administrar a Cidade de São Paulo. Sr. Abraão – Acho que tem que haver acima de tudo ética entre nós, ninguém está falando que não seja legítima a ocupação, mas também é injusto porque há uma falta de respeito com aquele também que primeiro ocupou lá atrás, acho que aí é oportunista, em alguns momentos eu estou falando, não estou citando nome, não quero citar o nome de ninguém até porque não é meu papel fazer isso, mas é legítimo, acho que tem que haver respeito primeiro, respeitando a luta daquele Movimento que está lá e que está trabalhando para ser realizado dessa desapropriação dos prédios da região central, Abelardo, que eu vejo que o Movimento ocupa é porque muitas vezes, se você pegar a lista da COHAB tem lá 5 mil pessoas inscritas, o Poder Público muitas vezes chega na hora, desapropria, tem todo trabalho até de determinado ponto, chega no final nós sabemos que você está fora, é claro que a partir do momento que você foi informado que você está fora daquele prédio A ou X, é claro que daí é legítimo a luta ou a ocupação, sou favorável a ocupação de uma forma propositiva, respeitando o Poder Público, as autoridades. Hoje eu quero que a CDHU me aponte onde nós que moramos na periferia conse-